

GUINÉ ESPANHOLA: APRESENTAÇÃO

RENÉ PÉLISSIER, AUTOR DE "LOS TERRITORIOS ESPAÑOLES DE ÁFRICA",
MADRI, 1964.

A administração espanhola é fatigante e relaxada; êste (Fernando Poo) é a espécie de lugar onde os funcionários ainda se espreguiçam, de pijamas, às 8 horas da noite. — John Gunther, INSIDE AFRICA.

Comércio externo da Guiné Espanhola (Ptas '000)		
Exportação		
1950	398,716-5	218,902-8
1960	2,006,079-9	920,602-7

Anuário estadístico de España

A qualquer observador casual parece haver uma contradição entre a epígrafe de Gunther e as cifras estatísticas de 1960; não é fácil conciliar £ 12 milhões de exportação com a visão de um *delegado gubernativo* despertando de sua *siesta* vespertina.

Êste enigma é um dos inúmeros problemas que confrontam os africanistas ao tentarem tratar do que deve ser a parte da África de que menos se fala.

Intencionalmente ou não, uma aura de mistério ainda envolve a Guiné Espanhola, embora sua Capital, Santa Isabel, esteja apenas a 20 milhas de pontos de parada de viagem tais como a barulhenta Duala. De tôdas as fôrças coloniais antigas e atuais, a Espanha é, sem dúvida, a menos dada a fazer propaganda de seus territórios africanos e pode-se dizer que a Guiné Espanhola tem demonstrado mais interesse pelo colecionador de selos do que pelo estudioso de negócios africanos. Realmente, as autoridades madrilenas pouquíssimo encorajam os especialistas não-espanhóis.

De acôrdo com as últimas cifras disponíveis (1960), a Guiné Espanhola tem uma área de 28,051 km², com 245,989 habitantes. Desde 1959, seu nome oficial tem sido *Región Ecuatorial de España*. Para fins administrativos, foi o território dividido em duas províncias: *Fernando Poo*: Capital Santa Isabel; 2,034 km², incluindo Annobón (17 km²). *Rio Muni*:

Capital Bata; 26,017-5 km², incluindo 3 ilhotas costeiras, Corisco (15 km²), Grande e Pequeno Elobey (2-5 km²).

O único traço comum às duas províncias é sua colonização pela Espanha. Fernando Poo foi descoberta pelo navegador português Fernão do Po, no século XV, mas os portugueses não se estabeleceram aí, como em São Tomé, e tinham grande respeito pelos bubis nativos. No século XVII, Corisco ostentou um forte holandês e vários barracões de escravos. O tráfico principal era o de homens. Tôda a região se achava sob a jurisdição nominal da Côte de Lisboa, que cedeu seus direitos à Espanha em 1778, em troca da aquisição de territórios onde se encontram agora os Estados brasileiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No mesmo ano, os espanhóis deslocaram um setor de ocupação, de Montevideú para Fernando Poo, sob o comando de Argelejo, mas a tentativa terminou em tragédia. Esta remota aventura africana foi demais para a Espanha dominada pela guerra.

Após a partida dos espanhóis, em 1781, a Grã-Bretanha usou a ilha como pôsto naval para os navios encarregados da supressão do tráfico de escravos. O Pôrto Clarence (Santa Isabel) foi fundado pelo Capitão W. F. W. Owen, em 1827. Os escravos libertados e crioulos da Serra Leoa pouco a pouco formaram um núcleo urbano. O cidadão que mais se distinguiu foi John Beecroft, mais lembrado pelo papel proeminente que teve na antiga história da Nigéria. A Espanha ofereceu-se para vender a ilha à Inglaterra, em 1840, por £ 60,000 mas as *Córtes* de Madri proibiram o projeto.

Em 1843, sessenta e cinco anos após Argelejo, Lerena, chefe da segunda expedição espanhola, nomeou John Beecroft primeiro governador de tôdas as possessões espanholas da África Equatorial. A exclusão dos missionários batistas pelo primeiro governador realmente espanhol, Chacón, em 1858, marcou o fim da era britânica. Sir Richard Burton foi cônsul de Sua Majestade em sessenta e tantos e dispensou algumas palavras benevolentes à ilha-esquife da baía de Biafra: "O homem achou difícil viver aí, mas fácilimo morrer". No Continente espanhol os postos avançados se resumiam em Corisco, os Elobey e o Cabo San Juan. Poucos exploradores espanhóis fizeram expedições para o território, os mais importantes dos quais foram: Iradier, em 1875, e novamente em 1884; Osorio (1885-86); Montes de Oca (1886). Contudo a penetração do interior do Rio Muni foi anulada pelas emprêsas mais bem sucedidas da Alemanha nos Cairarões e, da França, no Gabão.

Em 1886, a Espanha ainda exigia uma fatia fantásticamente gigantesca do bôlo africano, estendendo-se da costa ao Rio Ubangui. O Tratado de Paris (1900) reduziu sua esfera de influência a um mero enclave de 26,000 km². Pequeno como era, até mesmo êste império não se achou inteiramente ocupado até a expedição de 1926-27 do Governador Núñez Prado. A Espanha foi o último govêrno europeu a obter uma posição segura na África subsaariana.

Plantações de cacau de alto nível foram feitas em Fernando Poo, mas por outro lado muito pouco foi feito para que se desenvolvessem as possibilidades (1) da região. Escassez crônica de energia levou a Espanha a trazer um trabalho forçado da Libéria para a agricultura de Fernando Poo. O café plantado em Rio Muni foi esquecido pela empresa europeia e abandonado à iniciativa dos fang. Não era boa a qualidade desse café. Os únicos exemplos, antes da guerra, de negócios em larga escala eram encontrados no desenvolvimento do madeiramento nos distritos costeiros de Puerto Iradier, Benito e Bata. Boa parte da madeira ia para a Alemanha, cujo interesse na Guiné Espanhola havia renascido com a chegada, nos princípios de 1916, das forças coloniais que aí se internaram por meio das autoridades espanholas. Uma colônia alemã não-insignificante permaneceu depois disso.

No começo da Guerra Civil Espanhola, o Rio Muni era republicano e Fernando Poo, falangista, mas o Continente logo se aliou à Cruzada. O desenvolvimento econômico foi ainda impedido pela Segunda Guerra Mundial, que cortou quase todas as comunicações vitais. A Espanha do pós-guerra não estava em condições de desviar os seus poucos recursos para sua colônia vegetativa, vinte e um dias de viagem de Barcelona.

O grande ponto crítico pode convenientemente retroceder a 1949, com a nomeação do Almirante Faustino Ruiz González Governador-Geral; seu período de serviço foi excepcionalmente longo para a África (1949-1962) (2). Ao mesmo tempo, a Espanha liberalizou sua política econômica, concedeu autonomia financeira, subsidiou as exportações de cacau e café, aumentou a atividade cultural, melhorou os serviços de saúde, abriu estradas e experimentou seriamente melhorar a sorte de seus tutelados africanos.

Uma paternidade genuína se achava nas raízes desta ofensiva benéfica. A sociedade africana se dividiu em duas classes: a emancipada e a não-emancipada. Embora nunca se tenha calculado o número exato de *emancipados*, eles nunca foram mais do que um feliz punhado de funcionários civis cuidadosamente escolhidos e educados, profissionais e ricos empresários, vivendo na maior parte em Fernando Poo. Teoricamente, possuíam direitos e deveres iguais aos dos espanhóis da metrópole. Nas esferas inferiores, achava-se a massa não descrita dos não-emancipados, praticamente toda a população africana. Sob a legislação espanhola, eram legalmente menores, tratados por uma única instituição: o *Patronato de Indígenas*. Sendo os africanos “crianças”, tinham de ser “vigilados” e tratados como tais.

Por outro lado, o *Patronato* fez o que pôde para impedir que os colonizadores brancos usurpassem as terras tribais. Fundou sociedades coope-

(1) É, contudo, interessante notar o estabelecimento, em 1907, pela S.S. Company, *Compania Transatlántica*, de uma fazenda de gado nas elevações de Mqca, a fim de prover carne fresca e leite à colônia.

(2) A Guiné Espanhola conservou-se feudo naval com a nomeação do Almirante Núñez Rodríguez (1962-1964).

rativas que ajudaram a melhorar as técnicas agrícolas e produções do mercado. Em seu todo, o processo de aculturação era lento, mas feito dentro da grandiosa tradição espanhola de fraternidade cristã.

Em nenhuma parte da África trabalhou a igreja católica em mais íntima cooperação com as autoridades civis. Os bubis restantes não eram certamente partido para o zêlo religioso dos espanhóis, mas as coisas eram diferentes no Continente onde, embora sua organização tribal se estivesse desintegrando, os fangs eram mais lentos em ceder. Os cultos nativistas, como o Bwiti, foram perseguidos, não só por motivos espirituais como em terrenos mais temporais e políticos.

De uma população de 245.989 em 1960, 7.086 eram europeus, i.e., a proporção brancos/pretos (1:35) é a maior da África Ocidental e a segunda ou terceira da África subsaariana. A distribuição étnica é desigual. Fernando Poo e Annobón (1.415) tinham 62,612 habitantes ao todo (58.390 africanos 4.222 europeus). Rio Muni tinha uma população muito mais esparsa: 183.377 (180.513 africanos — 2.864 europeus). O segmento branco alcançou uma densidade inusual na província insular. Na década de 1950-1960 tinham aumentado de 73 por cento em Fernando Poo e 92 por cento em Rio Muni; o número de africanos era de 48 por cento em Fernando Poo e 16 por cento em Rio Muni.

A parte os europeus, a composição racial da população é extremamente complexa para uma unidade política tão pequena. Temos de considerar primeiro os hispano-guineenses (cidadãos africanos da Espanha), e depois o trabalho do imigrante estrangeiro.

Em Fernando Poo, parcialmente reivindicada pelo então *Patronato* e a agricultura cooperativa que patrocinou, os bubis, agora relativamente prósperos plantadores conservadores do cacau, eram talvez o elemento mais favorável aos espanhóis da ilha. Quanto à elite africana, inclui descendentes de escravos livres, crioulos da Serra Leoa, exilados afro-cubanos, homens da tribo cruz, liberianos, luso-africanos, etc. São conhecidos como "fernandinos". Sejam profissionais, negociantes, proprietários de terra, ou funcionários civis, são os mais progressistas e politizados de todos os hispano-guineenses insulares. O espanhol é agora sua língua oficial, embora muitos dêles ainda se apeguem ao Pidgin English (jargão). O seu hispanismo é fortemente colorido por uma herança anglo-saxônica, tanto mais difícil de esquecer pois os bubis e fernandinos em conjunto podem ainda constituir uma minoria⁽³⁾ (43 por cento em 1950), em meio a uma massa de lavradores transitórios da Nigéria, que ameaçam pouco a pouco colonizar a ilha.

O quadro é pouco mais simples em Rio Muni, onde os fangs (*Pamues*, em espanhol) fizeram submergir as tribos costeiras (bengas, combes, bujebas, etc.). As influências espanholas entre êles são recentes demais para serem profundas, mas a Espanha está conseguindo refazer as alianças

(3) As cifras de povoamento não foram derrubadas pela nacionalidade no censo de 1960.

tribais, com conceitos modernistas tais como: cidadania, processos eleitorais, saúde pública, mercado do café, etc. Uma política nativa bem esclarecida, mesmo austera, muito contribuiu para elevar os níveis educacionais, sanitários e de vida destes agricultores, que agora gozam dos benefícios de uma alta sem precedentes nos preços do café e do cacau. O arrendamento da terra é diferente do de Fernando Poo, onde se baseia no sistema de *latifundia* (plantação), como em São Tomé.

No Continente, a empresa privada espanhola chegou tarde demais para fazer muito mal à propriedade africana, zelosamente defendida pela igreja e pelo *Patronato*. Em 1960, havia 35.000 *finças* (fazendas) africanas, e 40.000 terrenos "urbanos", enquanto em Fernando Poo os africanos possuíam 3.800 *finças* (4 a 5 hectares em média para os bubis) e 5.000 casas.

Geralmente falando, os hispano-guineenses tratam de cultivar seus lotes, trabalhar para o Governo (há mais de 2.000 no serviço civil)⁽⁴⁾, estabelecem pequenos negócios, e tentam não estar a cargo de colonizadores europeus, se puderem evitá-lo. O trabalho pesado nas grandes plantações de Fernando Poo e nos terrenos madeireiros de Rio Muni é, portanto, deixado principalmente aos operários nigerianos (havia 30,494 trabalhadores estrangeiros em dezembro de 1962), a maior parte na área de Calabar. Eles vêm sob a proteção de um novo tratado entre a Espanha e a Nigéria, com contratos de três anos (anteriormente de dois anos), que podem ser renovados por mais dezoito meses. Embora os salários variem de acordo com a qualificação, são algo mais altos do que na Nigéria, para tipos semelhantes de trabalho. Em 1963 um trabalhador em plantação comum recebia 445 pesetas mensalmente, 225 pesetas adicionais por mês pagas de uma só vez ao fim do contrato, uma bonificação, casa e comida e serviço médico gratuitos. As condições de trabalho e sustento têm melhorado muito desde a década de 30 e os trabalhadores nigerianos estão aumentando consideravelmente. Em 1961, 95 por cento dos lavradores que haviam terminado os contratos de dois anos foram censurados por terem assinado contrato por mais dezoito meses. A Espanha, portanto, viu-se à frente de um sério dilema. Deve fazer restrições ao número de estrangeiros, causando a estagnação ou mesmo o colapso da economia, ou continuar sangrando o reservatório inesgotável de trabalho nigeriano e pôr em perigo o futuro de sua presença na Guiné. Embora seja difícil avaliar-se o número exato de nacionais nigerianos, pode-se dizer sem receio que representam algo como 50 por cento de toda a população de Fernando Poo, assim como das colônias importantes do Continente. O risco político é óbvio.

(4) Os funcionários civis são recrutados segundo o mérito. A maioria dos postos inferiores é ocupada por africanos, mas muitíssimos são chamados a ocupar colocações superiores, de acordo com a melhoria de suas qualificações. (O ajudante-de-campo do Governador-Geral em 1963 era um capitão bubi, veterano da Cruzada).

A situação econômica da Guiné Espanhola pouca atenção obteve por parte dos africanistas. Por exemplo, há provavelmente poucos que saibam que em 1960 o território possuía o maior comércio exportador *per capita* de qualquer país africano, com \$135 por cabeça. O equilíbrio positivo do comércio era maior do que o total da importação.

Fernando Poo é uma estufa vulcânica especializada em três produtos principais: antes de tudo, o Rei Cacau, que parece ser a razão de ser da ilha. Em 1961-62, Fernando Poo fazia jus a 23.559 toneladas métricas do total da Guiné Espanhola de 25.959 (31,086 toneladas em 1962-63). País importante consumidor de chocolate, a Espanha absorve tôda a colheita, excetuando pequenos embarques esporádicos para os Estados Unidos. As outras safras importantes são a da banana e a do café.

A economia de Rio Muni é mais variada, mas, excetuando-se alguns colonizadores europeus, a lavoura se acha nas mãos dos africanos, que obtêm bom lucro com as micro-plantações de cacau e café. Como o corte de madeiras exige grande investimento e equipamento, apenas 43 concessões européias existiam em 1960. Exportaram 295.114 toneladas em 1962 (*okume*, entre outras espécies).

A política econômica da Espanha em relação ao território é de grande interesse. Sejam suas preocupações simplesmente filantrópicas ou, mais grosseiramente, realistas e políticas, a Espanha paga pelo seu café e cacau guineenses preços muito mais altos do que os mundiais. Em 1962 o ágio chegou a 30 pesetas o quilo de café e 10 pesetas o quilo de cacau, isto é, numa média de produção de 6.000 toneladas de café e 26.000 toneladas de cacau. A Espanha metropolitana concede uma bonificação anual de 440 milhões de pesetas que vão primeiramente para os formidáveis *finqueros* (proprietários) de Fernando, e depois para os mais modestos cafeicultores fang. Esta inflação artificial de preços pode, em parte, explicar a prosperidade relativa do homem da selva e sua aparentemente imutável aceitação da política assimilativa espanhola. A renda *per capita* em 1962 foi avaliada em \$ 132 (\$ 246 para Fernando Poo e \$ 91 para Rio Muni). Em acréscimo a êsse liberalismo econômico algo inesperado, dever-se-ia mencionar um Serviço de Saúde surpreendentemente bom: 1 médico para cada 3.500 habitantes de Fernando Poo (1 para 9.600 em Rio Muni), 1 leito de hospital para cada 113 habitantes de Fernando Poo (1 para 215 em Rio Muni), enquanto as cifras correspondentes na Espanha metropolitana, em 1963, eram de 1 para 850, e 1 para 229.

A Espanha é igualmente generosa no campo educacional, embora a quantidade venha antes da qualidade. Constituirá, talvez, surpêsa a muitos saber que a Espanha erradicou o analfabetismo entre seus jovens cidadãos de Fernando Poo e está conseguindo fazer o mesmo em Rio Muni. De acôrdo com as estatísticas espanholas, há um professor para cada 40 alunos em Fernando Poo e um para 70 em Rio Muni. O presente autor

avaliou que 90 por cento (cêrca de 30.000) de hispano-guineenses em idade de escola recebem alguma espécie de educação nas escolas do Governo, ou instituições mantidas pelo Estado. Mas poucos vão além dos primeiros anos de escola elementar. Setenta e sete estudantes obtiveram o *bachillerato* nos anos de 1949 a 1958 (a maioria sendo européia). Desde 1959-60, as classes foram integradas e bôlsas-de-estudo para os estudantes necessitados estão aumentando. Duas Escolas Normais para professôres de curso elementar e uma terceira escola secundária foram fundadas em 1963-64. Em 1960-61, 108 guineenses cursaram na Espanha (20 em instituições madrilenas de curso superior). Em 1960, Fernando Poo sôzinho tinha dez diplomados africanos, dois dos quais em Medicina prática. Em 1963, havia quatro médicos hispano-guineenses e quatro advogados.

Podemos admitir que tudo isto tenha origem no colonialismo arrependido (*colonización si, coloniaje no!*)? Últimamente, a Espanha tem tido bastante sorte por ter à frente de suas instituições políticas, notadamente o Ministério do Exterior, homens de visão clara e mente realista. Tais autoridades coloniais, como o Almirante Carrero Blanco e o General Diaz de Villegas — Subsecretário da Presidência e Chefe do Departamento das Províncias Africanas, respectivamente — tiveram ordem de reformar o velho sistema de privilégios e desigualdade que tinha o sabor das índias Ocidentais Espanholas do século XIX. Apesar da oposição dos inflexíveis nos postos, a Espanha tranqüilamente se pôs a trabalhar a fim de dinamizar seus anacrônicos conceitos coloniais. O antigo regime foi oficialmente abolido em julho de 1959, com a colônia emergindo em duas províncias no molde metropolitano. Desde então, Madri não tem poupado dinheiro para elevar seus tutelados africanos ao *status* de espanhóis de primeira classe. Acabaram-se os sistemas de *Patronato* e *emancipado*, sendo as funções sociais daquele assumidas pelas *Diputaciones Provinciales*.

Cada uma das províncias elege três representantes junto às *Côrtes* de Madri. As primeiras eleições que já houve na África Espanhola tiveram lugar em 1960, de acôrdo com os complexos processos eleitorais espanhóis (5).

Dos três representantes de Fernando Poo, dois eram africanos: Wilwardo Jones Niger (prefeito fernandino de Santa Isabel) e Carlos Cabre-

(5) De acôrdo com as lei eleitorais da "democracia orgânica" espanhola aplicadas à Guiné Espanhola, metade do conselho é eleita por chefes de famílias, a outra metade sendo designada pelas corporações acima mencionadas. Os presidentes das duas *Diputaciones Provinciales* são nomeados pelo Governador-Geral.

Os membros das *Côrtes* (Procuradores em *Côrtes*) eram escolhidos de acôrdo com o seguinte processo: (1) prefeitos das capitais provincianas: dois; (2) representantes dos conselhos da outra cidade em cada província: dois; (3) presidentes das duas *Diputaciones*: dois.

ra y James (um mestiço bubi). Os três representantes de Rio Muni incluíam apenas um africano, Felipe Esono Nsué (chefe tradicional fang), ao qual se associou um outro em 1963, Federico Ngomo. Em dezembro de 1960, êsses três hispano-guineenses foram os primeiros espanhóis pretos a ter assento nas *Côrtes*. Parecia, portanto, que os guineenses tivessem exatamente os mesmos direitos políticos — seja o que fôr que pudessem significar — como concidadãos metropolitanos⁽⁶⁾. É verdade que a Espanha estava pressionando uma política de assimilação. A fraseologia oficial abundava em referências a “nossos irmãos africanos” e, ao receber uma delegação de guineenses em 17 de abril de 1963, o General Franco expressou desejo de visitar as duas províncias.

Entretanto, tudo é feito para impressionar os hispano-africanos com a riqueza e poderio da Espanha: escolas, igrejas, mercados surgem no coração de Rio Muni. Um plano bem apreciável prevê a construção de 4.000 casas em três anos, a fim de construírem o domicílio africano segundo o padrão espanhol. Há projeto de onze aldeias-modêlo em andamento. Um sistema de ônibus eficiente alcança os cantos mais remotos de Rio Muni. A primeira fase da pista de decolagem de 3.000 metros do aeroporto internacional de Santa Isabel já está pronta. Mais personalidades africanas são enviadas em viagens oficiais à Península. A Marinha Espanhola tinha três navios ancorados em águas guineenses em 1961. Como o Almirante Carrero Blanco disse em seu discurso em Santa Isabel, em outubro de 1962, a despesa do Estado era maior na Guiné do que na Espanha metropolitana: 1825 pesetas por cabeça, em contraste com 1800.

Não se pode deixar de sentir que, no período 1959-1962, a Espanha estava tranqüilamente — quase por assim dizer secretamente — se reforçando para o dia em que sua presença fôsse seriamente provocada por seus vizinhos anticolonialistas. Mesmo tentando, ela não poderia escapar ao fato de que, gradualmente, êles tenderiam a considerar a peça de amostra espanhola como apenas outra “verruga na bela face” da África independente. Suas relações com a Nigéria são boas mas numa base estritamente econômica, a Nigéria fornece-lhe homens e ela lhes dá trabalho, mas, como já foi dito, Fernando Poo está se tornando, etnicamente, um suplemento da Nigéria Oriental. Antes do *referendum* de dezembro de 1963, uma atmosfera de irredentismo latente pairava sobre as organizações radicais da mocidade em Lagos (abril, 1962). Havia mais de um pretendente à sucessão espanhola! Alguns chefes dos Camarões (os

(6) No entanto, a Administração da Justiça era provisória. Embora introduzissem tribunais de distrito, os *Tribunales de raza* ainda são mantidos sob a presidência do *delegado gubernativo* (ex-administrador) espanhol (metropolitano) assessorado por chefes africanos. A lei tribal consuetudinária acha-se incluída nestes *Tribunales de raza*. Havia 219 prisioneiros, em fins de 1962, na Guiné Espanhola.

da União dos Povos de Camarões, entre outros) lançaram uma campanha em janeiro de 1962 para se apoderarem de ambas as províncias. Não há dúvida de que aquêles encontrariam uma recepção entusiástica — senão inteiramente desinteressada — dentro da congregação de uma mais vasta Federação de Povos dos Camarões. Além disso, algumas autoridades yaundé prestaram auxílio a uma divisão (IPGE) do movimento nacionalista hispano-guineense. Artificialmente dividido como é por fronteiras internacionais, o *habitat* fang poderia ter munido tanto os Camarões como o Gabão de alegações étnicas para suas ambições territoriais.

Há, porém, mais ainda. A Espanha teve de enfrentar um incipiente movimento nacionalista, que pode explicar, em parte, a incoerência do Ato incorporador de 30 de julho de 1959. Em 1962, reconheceu a Espanha que deveria enfrentar desafios ousados que requeriam uma medida de submissão na política africana. Embora os partidos políticos hispano-africanos e as juntas comerciais estejam oficialmente proscritas pelo regime falangista, podemos ter agora uma visão mais clara dos grupos nacionalistas graças aos resultados do referendun de 1963, que ajudou a clarear um cenário político bastante obscuro.

O primeiro dêstes micro-partidos foi fundado em junho de 1959 em Puerto Iradier, por Atanásio Ndong, um ex-seminarista que teve de ser exilado para o Gabão, em 1951, após o fracasso de uma tentativa com o fim de organizar uma greve contra o bispo. Os fangs de Rio Muni achavam-se num estado de descontentamento proveniente da prisão de um grupo de celebridades africanas que se opuseram à lei de convocação militar de 30 de julho de 1959. Este movimento de protesto parece ter tido pouco sucesso em Fernando Poo, que estava bem vigiado. Em março de 1962, Atanasio Ndong foi eleito presidente do chamado *Movimiento Nacional de Liberación de la Guínea Ecuatorial* (MNLGE). Entrementes, um segundo partido estava sendo formado em Santa Isabel, no qual se tornou proeminente Dr. Luís Maho, advogado fernandino, embora não fôsse membro fundador. Respondia pelo nome de *Cruzada* (sic) *Nacional de Liberación de la Guínea Ecuatorial* (CNLGE). Ndong e seu MNLGE fizeram sua primeira aparição em público na Conferência de Libreville de chefes do Estado da *Union Africaine et Malgache*, em setembro de 1962. Em outubro de 1962, Luís Maho estabeleceu-se no ponto estratégico de Duala, renunciou à associação com a Cruzada Nacional e começou seu serviço ativo sob a bandeira do *Movimiento Pro-Independencia de la Guínea Ecuatorial* (MPIGE), que acabava de ser fundado pelo prefeito de Santiago de Baney, em Fernando Poo, Pascual Torao. Entretanto, alguns membros da *Cruzada Nacional* (CNLGE) de curta duração, se tinham inscrito sob a bandeira da *Idea Popular de la Guínea Ecuatorial* (IPGE), fundada nos Camarões por outro grupo de refugiados chefiados por José Perea Epota, antigo negociante há muito residente em Chad.

Entretanto, os tempos mudavam e parecia que a Espanha se achava, surpreendentemente, cada vez menos alérgica ao conceito de transferência do poder. Em outubro de 1962, o Almirante Carrero Blanco declarou em Santa Isabel: "Se um dia a maioria quisesse modificar o presente *status*, a Espanha não oporia obstáculo, impedindo transacionar-se o futuro das duas províncias com seus habitantes. Ninguém tem mais respeito pela autodeterminação do que nós, mas só no caso de ser esta verdadeira, de aquêles que votam saberem por que estão votando, e se não forem instrumentos dos que pretendem explorá-los. Estejam cientes de que a Espanha nunca abandonará seus irmãos e não deixará ninguém confiar em possíveis ou vagas pressões externas". Cada um dos três movimentos nacionalistas decidiu enviar delegados a fim de apresentar seu caso perante a XVII Assembléia Geral das Nações Unidas. Em dezembro de 1962, Atanasio Ndong, pelo MNLGE, Luis Maho, pelo MPIGE, José Perea Epota, pelo IPGE, requereram independência e denunciaram o domínio e colonialismo espanhóis. É difícil avaliar-se a posição relativa dos três movimentos rivais, todos competindo pela "Libertação" de 210.000 (?) hispano-guineenses, oficialmente representados nas *Córtes* espanhola por seis procuradores. Suas divisões e defeitos eram reais, de modo que os três chefes decidiram aliar suas forças e formar uma frente de libertação o mais preve possível.

No final da reunião, em Ambam (Camarões), em fevereiro de 1963, um *bureau* coordenador de movimentos hispano-guineenses foi estabelecido, com Maho como presidente, José Perea Epota vice-presidente e Atanasio Ndong, secretário-geral. Parece, contudo, que o partidarismo e sectarismo são pragas divisoras gêmeas de todos os movimentos nacionalistas ibero-africanos. Entretanto, a Espanha obedientemente fornecia informações sobre suas províncias às Nações Unidas e seu papel na África subsaariana mereceu aprovação quando a Comissão Econômica para a África das Nações Unidas concedeu (fevereiro de 1963) admissão à Espanha, assim como à Grã-Bretanha e a França.

No exílio, as autoridades dos Camarões favoreceram e subsidiaram o IPGE, cuja plataforma pedia a inclusão da Guiné Equatorial numa mais vasta federação dos Camarões, após a independência, pôsto a que o MNLGE fortemente se opôs. O quadro se achava extremamente confuso, em junho de 1963, quando o *Bureau* de Coordenação se dispersou. O versátil Luis Maho e o que restou do seu MPIGE a princípio aderiram ao MNLGE, porém aquêie mudou de idéia ao lhe oferecerem a presidência do IPGE. Prevalcia a confusão total e os nacionalistas achavam-se mais divididos do que nunca quando, em 9 de agosto, a Espanha anunciou que as duas províncias receberiam uma parte da autonomia econômica

(7) Os imigrantes nigerianos naturalmente não têm direito a voto num pleito eleitoral espanhol.

e administrativa. O Governador-Geral, Almirante Francisco Núñez Rodríguez, declarou, usando fraseologia típica dos círculos coloniais espanhóis: "A velha Terra Mater considera ser tempo de essas províncias atingirem a maioria e prepararem-se para ser administradas por seus próprios filhos . . . Ao efetuades tal tarefa, que será gloriosa para vós e para a Espanha, não estareis sózinhos e nós não vos abandonaremos. A Mãe Espanha sempre vos ajudará a fim de que, quando a ocasião se apresentar, vos torneis um povo livre".

O Congresso do IPGE em Ambam (31 de agosto de 1963), assistido por algumas centenas de refugiados, foi um fracasso, em parte porque o>NNLGE ficou do lado de fora, em parte porque o *Anschluss* dos Camarões, proposto, foi o ponto falso que cindiu o partido em dois, com seu secretário geral Jaime Nseng fundando um grupo em pedaços, o *Movimiento Nacional de Unión* (MNU), contrário à vasta ambição dos habitantes dos Camarões.

Acrescente-se a êsses três partidos, MNLGE-IPGE-MNU, um quarto grupo fundado no Gabão por Bonifacio Ondo, ex-prefeito de Evinayong: *Movimiento de Unión Popular de Liberación de la Guinea Ecuatorial* (MUPGE). Moderado em suas proposições, êste MUPGE deveria representar papel decisivo no *referendum* subsequente.

Um decreto promulgando reformas foi elaborado em Madri, em setembro de 1963, com o auxílio de hispano-guineenses pró-Espanha, e tornou-se lei em dezembro. Esta legislação instituiu a criação de uma junta legislativa (a *Asamblea General*) para as duas províncias. Um Gabinete (*Consejo de Gobierno*) deveria ser instalado, tendo à frente um presidente (nomeado por decreto de Madri, por indicação do *Consejo*) e consistindo de oito conselheiros (quatro por Fernando Poo, quatro por Rio Muni) que seriam eleitos pela *Asamblea*. O Governador-Geral deveria ser substituído por um Alto Comissário, cujas funções incluem a manutenção da ordem, o comando das forças militares e relações com as forças estrangeiras. É auxiliado por um Comissário Adjunto.

As inovações mais avançadas deveriam ser encontradas na recém-criada *Asamblea* (composta dos membros das duas *Diputaciones Provinciales*, eleitas de acordo com os processos supracitados) e o *Consejo de Gobierno*, que está encarregado da administração autônoma e prepara o Orçamento anual, que terá de ser votado pelas *Córtes* Metropolitanas, enquanto Madri auxilia o orçamento regional. Ambas as províncias conservam sua representação nas *Córtes* e todos os cidadãos permanecem espanhóis. A lei de autonomia deveria ser aprovada ou rejeitada por meio de *referendum* universal. A fim de mitigar possível frustração política e melhorar sua imagem aos olhos dos africanos, em outubro de 1963, a Espanha anunciou um plano de desenvolvimento super-otimista de quatro anos (1964-1967) para a Guiné Equatorial.

De acôrdo com o plano, o investimento privado chegará a 928 milhões de pesetas e a despesa pública de 1,651,000,000 pesetas, repartidas da seguinte maneira:

	<i>Em milhões de pesetas</i>				Total
	1964	1965	1966	1967	
<i>Investimentos sociais</i>					
Educação e treino vocacional	33	37	46	56	172
Higiene e Saúde	40	52	61	76	229
Habitação e Urbanização	47	50	53	56	206
<i>Investimentos em setores produtivos</i>					
Agricultura	1.17	4.3	4.3	1	11.3
Mineração	7.3	6.3	—	—	13.6
Aeroportos	117.1	108.9	5.4	4.8	236.2
Obras Públicas	86.6	100.7	214.4	267.2	662.9
Participação do Estado em investimentos de corporações locais	30	30	30	30	120
Total	356.7	389.2	414.1	491.0	1651.0

De modo geral, o *referendum* de 15 de dezembro foi uma demonstração de crédito às autoridades espanholas, que deixaram tôdas as correntes de opinião se expressarem livremente. Foi extensivo a todos os nacionais de mais de 21 anos, que tiveram de escrever *si* ou *no* na sua cédula de votação. Dos 126,773 eleitores registrados, 94,655 compareceram às urnas (74 por cento). 57.224 votaram "sim"; 35.365 votaram "não" (8). Os vencedores eram partidários da independência, sem fusão com os Camarões; isto é, a luta se travava no âmago dos adeptos do MUPGE, que votaram em massa pela autonomia, como um passo para a soberania total.

Em princípios de 1964, um novo reagrupamento de nacionalistas moderados se fez em tórno do vulto importante de Bonifacio Ondo, que se beneficiou da ajuda tácita ou manifesta das autoridades espanholas, que lançavam um olhar benevolente ao seu "socialismo" cristão-africano. Foi êste o *Movimiento de Unión Nacional de la Guinea Ecuatorial* (MUNGE), inclinado a obter a independência da Guiné Equatorial por meio de negociações pacíficas com o *Caudillo* e seu regime. Entrementes, o MNLGE (que, na Guiné, responde pelo nome de MONALIGE), parece ter absorvido o IPGE, abandonado por Luis Maho, que se transferiu para o MUNGE.

(8) Para uma análise mais detalhada do *referendum*, ver: René Pélissier, "Political Movements in Spanish Guinea", *Africa Report*, maio de 1964, Washington D. C.

Como era de esperar, as eleições municipais e provinciais de março, abril e maio (do modelo de 1960) presenciaram vitória dos moderados sobre os extremistas. A 27 de maio, o Gabinete Espanhol aprovou o decreto nomeando Bonifacio Ondo presidente do *Consejo de Gobierno*(9) Entretanto, um novo Governador-Geral (não um Alto Comissário) foi eleito para administrar a Lei de Autonomia. É o General Pedro Latorre Alcubierre, ex-Governador-Geral do Saara.

Que é que se pode deduzir dessa nova orientação? Parece que a Espanha fez um balanço de todos os “indícios de mudança” que pudessem ter atingido seu único ponto de contato com a África Negra e, resolutamente — embora vagarosamente — empenhou-se na realização de uma descolonização tranqüila e silenciosa.

SPANISH GUINEA: AN INTRODUCTION

A short historical summary of the Spanish Colonisation in Guinea focalizing the economic, financial, domestic and foreing politics administration and educational aspects in the provinces of Fernando Poo and Rio Muni.

Spain is, without doubt, the least interested in making propaganda of her African Territories, so that we can state that Spanish Guinea is better known by the stamp collector than by the student of African affairs.

The economic situation of Spanish Guinea has deserved little attention on the part of africanists, so that only a few know that this territory held, in 1960, the best exports trade per capita in Africa.

The presence of Nigerian nationals representing about 50 per cent of the whole population of Spanish Guinea causes a very large political risk to the territory unity.

(9) Membros e Presidente do *Consejo de Gobierno*:

Presidente: Bonifacio Ondo Edu

Fernando Poo

Autelio Nicolás Itoha
Gustavo Watson Bueko
Luis José Maho
Roman Borico Toichoa

Rio Muni

Luis Rondo Maguga
Antonio Cándido Nang
Francisco Macías Nguema
Rafael Nsue Nchama (nomeado posteriormente).

É de notar-se que nenhum *Procurador em Córtes* anterior fôra reeleito, à exceção de Federico Ngomo, que permanece Presidente da *Diputación provincial* de Rio Muni. O *Consejo* é inteiramente africano. Os prefeitos de Santa Isabel (Abilio Balboa Arkins) e Bata (Pedro Lumu Matindi) são ambos africanos, assim como os dois *Gobernadores Civiles* Adolfo Gobena Mendo, de Fernando Poo, e Simón Ngomo Ndumu, de Rio Muni. Dos 18 membros das duas *Diputaciones provinciales* apenas dois são europeus.

LA GUINÉ ESPAGNOLE

Un court résumé historique de la colonisation espagnole dans la Guinée, faisant ressortir quelques aspects de l'économie, des finances, de la politique interne et externe de l'administration et de l'éducation dans les provinces de Fernando Poo et Rio Muni.

L'Espagne est, sans aucun doute, la moins intéressée à faire de la propagande de ses territoires africains, et on peut affirmer que la Guinée Espagnole est plus connue par le philatéliste que par l'étudiant aux sujets africains.

La situation économique de la Guinée Espagnole a eu peu d'attention de la part des africanistes et il-y-a peu à savoir que ce territoire avait, en 1960, le plus grand commerce d'exportation per capita en Afrique.

La présence de nationaux Nigériens en représentant environ 50 pour cent de toute la population de la Guinée Espagnole, apporte un très grand danger politique à l'unité du territoire.